

CONTEXTUALIZAÇÃO A constituição federal de 1988, documento jurídico mais importante do país, prevê em seu artigo 6º, o direito a (Eixo Social) como inerente a todo cidadão brasileiro. TESE Conquanto, tal prerrogativa não tem se reverberado com ênfase na prática quando se observa o (Tema), dificultando, deste modo, a universalização desse direito social tão importante. ENC. ARGUMENTATIVO Diante dessa perspectiva, faz-se imperiosa a análise dos fatores que favorecem esse quadro.

\*Eixo Social: educação, saúde, moradia, emprego, transporte, lazer, alimentação, previdência social, segurança, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados

Em uma primeira análise, deve-se ressaltar a ausência de medidas governamentais para combater o (problema). Nesse sentido, (aprofundamento do argumento). Essa conjuntura, segundo as ideias do filósofo contratualista John Locke, configura-se como uma violação do “contrato social”, já que o Estado não cumpre sua função de garantir que os cidadãos desfrutem de direitos indispensáveis, como a/o (Eixo Social), o que infelizmente é evidente no país.

Ademais, é fundamental apontar o (Argumento 2) como impulsionador do (problema) no Brasil. Segundo (Citação/ Dados do Cotidiano). Diante de tal exposto (Aprofundamento do argumento). Logo, é inadmissível que esse cenário continue a perdurar.

Depreende-se, portanto, a necessidade de se combater esses obstáculos. Para isso, é imprescindível que o (Agente), por intermédio de (Meio/Modo), (Ação) – (Detalhamento) – a fim de (Finalidade). Paralelamente, é imperativo que (Solução 2 - Opcional). Assim, se consolidará uma sociedade mais (Adjetivo positivo), onde o Estado desempenha corretamente seu “contrato social”, tal como afirma John Locke.

\*Assim, tornar-se-á possível a construção de uma sociedade permeada pela efetivação dos elementos elencados na Magna Carta.